



DESTAQUES

- **MINISTRO KÁSSIO NUNES LIBERA PARA JULGAMENTO AÇÃO SOBRE IMPOSTOS SOBRE ARMAS IMPORTADAS**
- **FLÁVIO DINO IRÁ PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA NA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO), NA TERÇA-FEIRA (11).**
- **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA REALIZA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA REVISAR A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 10.826 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO)**
- **SENADOR ALESSANDRO VIEIRA APRESENTA PARECER SOBRE PROJETO QUE REGULA A ATIVIDADE DOS CACS**
- **MINISTRO DA AGRICULTURA DIZ QUE É LEGÍTIMO QUE O HOMEM DO CAMPO TENHA SEU PRÓPRIO ARMAMENTO**

MINISTÉRIOS E PLANALTO

- **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

Na quarta-feira (5), o Ministério da Justiça e Segurança Pública realizou mais uma reunião do grupo de trabalho organizado para debater a regulamentação da Lei 10.826 (Estatuto do Desarmamento). O encontro contou com diversos representantes do setor de armamento, especialmente, os ligados ao tiro esportivo.

Na ocasião, foi apresentado ao Ministério que os decretos editados pelo Governo Federal praticamente inviabilizaram o tiro esportivo no país, dado que interferiu em

- **MINISTÉRIO DOS ESPORTES**

Em audiência na Câmara dos Deputados, no dia 29 de março, na Comissão de Esportes, a ministra Ana Moser foi questionada sobre a regulamentação do tiro esportivo. Em resposta, a ministra afirmou que o tema seria de competência do Ministério da Justiça e que o calibre de arma de tiro esportivo seria de no máximo 20mm. A fala da Ministra acendeu um alerta no setor, em razão do desconhecimento revelado de um dos esportes que mais gera medalhas ao país.

cerca de 95% das atividades no país.

Um dos pontos ressaltados se deu com relação à quantidade de munição permitida, na ordem de 600 por ano. Um atleta em preparação precisaria de cerca de 16 mil para que pudesse desempenhar suas atividades.

Apontou-se, ainda, que os diversos tipos de armas que são utilizadas pelos atletas, que em muito se difere das utilizadas pelo crime organizado, tornando a equivalência entre esses dois grupos absolutamente irrazoável.

A ABIAMB protocolou, em fevereiro, três ofícios direcionados ao gabinete do Ministro Flávio Dino e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que coordena o GT, reivindicando adoção de políticas que atendam os interesses dos associados, levando informações técnicas e propostas factíveis para uma regulação adequada do comércio legal de armas, sendo objeto de debates no âmbito do Grupo e do Congresso Nacional. Nesse sentido, a Associação se posiciona de maneira a subsidiar tecnicamente as decisões do grupo, por meio de contatos semanais e do envio de proposições que estão alicerçadas no amplo conhecimento do mercado e das necessidades dos atiradores esportivos e caçadores.

A ABIAMB protocolou, em fevereiro, três ofícios direcionados ao gabinete do Ministro Flávio Dino e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que coordena o GT, reivindicando adoção de políticas que atendam os interesses dos associados, levando informações técnicas e propostas factíveis para uma regulação adequada do comércio legal de armas, sendo objeto de debates no âmbito do Grupo e do Congresso Nacional. Nesse sentido, a Associação se posiciona de maneira a subsidiar tecnicamente as decisões do grupo, por meio de contatos semanais e do envio de proposições que estão alicerçadas no amplo conhecimento do mercado e das necessidades dos atiradores esportivos e caçadores.

Ademais, nessa semana, a Ministra dos Esportes esteve com o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e apresentou seu plano de construir centros esportivos em comunidades vítimas de violência. A proposta é levar cultura e esportes às comunidades que mais sofrem com a criminalidade organizada e, que lideram os rankings de violência no país. O plano visa instituir o que os ministros nomearam de “cultura da paz, ética e direitos humanos”.

Como forma de levar maiores esclarecimentos, a ABIAMB já está em contato com o gabinete da ministra, visando informar a Ministra dos Esportes sobre a prática do tiro esportivo, suas especificidades, modalidades e necessidades. O tiro esportivo é o responsável pela primeira medalha olímpica de ouro do Brasil e tem conseguido amplo destaque, ao longo dos anos, entre as modalidades com maior número de medalhistas em campeonatos mundiais.

- **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**

Na terça-feira (4), o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou que o homem do campo tem o direito de possuir "uma ou duas armas" para se defender da criminalidade. Para ele, isso é legítimo, visto que a sede de suas casas normalmente se encontra a vários quilômetros de distância de postos policiais, de modo que dificulta a atuação da polícia. A declaração encontra amparo na legislação, apesar da política desarmamentista do governo federal. Para ele, se o criminoso souber que no meio rural não há nenhuma forma de proteção, sua atuação com vistas delituosas se tornará mais fácil, o que poderia ser dirimido se o camponês tivesse armamento à sua disposição.

A ABIAMB já está em contato junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária, com objetivo de oferecer à Pasta informações relativas ao comércio legal de armas e munições e as especificidades do setor, bem como sobre a caça e controle de animais exóticos e invasores da fauna brasileira.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou requerimento para ouvir o ministro da Justiça, Flávio Dino, o que ocorrerá na próxima terça-feira (11). Na ocasião, os parlamentares buscarão ouvir os planos do Ministério da Justiça e Segurança Pública para a regulamentação de armas no país, bem como sobre os atos ocorridos em Brasília em 8/1.

Dino já compareceu a outra reunião, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) e, na ocasião, afirmou que o recadastramento de armas servirá para trazer quem estava na ilegalidade para dentro da lei. O convite para comparecer à CSPCCO terá pauta semelhante à da CCJC, o que oportuniza novos debates sobre pontos essenciais, faltantes na última audiência pública.

Pensando nisso, a ABIAMB preparou um documento contendo argumentos levantados pelo setor, visando municiar os parlamentares participantes, o que possibilitará a qualidade do debate e a assertividade, quanto aos pontos essenciais a serem alegados. O documento será distribuído às principais lideranças parlamentares que compõem a Comissão.

Na próxima terça-feira, véspera da audiência pública, a ABIAMB realizará uma agenda de reuniões com parlamentares, visando apresentar os questionamentos mais relevantes, a serem feitos ao Ministro.

SENADO FEDERAL

O senador Alessandro Vieira apresentou parecer favorável, com substitutivo, ao PL 3.713/2019, do Senado Federal, que regula a atividade dos CACs. O senador considerou a matéria de grande importância para o setor esportivo, especialmente, de caça e tiro esportivo.

No projeto, ficou atestada a criação de um registro específico para CACs, diferente dos concedidos para outras categorias, como a de policiais ou civis. A concessão do certificado de registro a entidades civis de CACs submete-se a exigências de apresentação de alvará de funcionamento; recolhimento da taxa de fiscalização de produtos controlados; certidões negativas de antecedentes criminais e comprovantes de que não respondem a inquérito policial, a inquérito policial militar, ou a processo criminal.

A proposição também cria hipóteses de suspensão do registro de acusados de violência doméstica. Também, poderá ter o registro negado, pelo mesmo motivo. O senador afirma que seria uma forma de evitar que pessoas detentoras de armas pratiquem feminicídio.

O texto ainda regulamenta o colecionismo, permitindo manter armas de uso permitido, armas de uso restrito ou proibido, armamento pesado e viaturas militares em sua coleção, em quantidades compatíveis com as condições de segurança proporcionadas pelo local de guarda, e de acordo com seu grau de habilitação para a atividade de colecionamento. Entretanto, alguns tipos de armamento continuam proibidos, tais quais armas automáticas de qualquer calibre ou longas semiautomáticas de calibre de uso restrito cujo primeiro lote de fabricação tenha menos de 70 anos, dentre outras.

Se aprovada no Senado, a proposta ainda necessitaria tramitar na Câmara dos Deputados e, ainda, necessitaria de sanção presidencial. Logo, por estar em estágios embrionários, se verifica amplo espaço para debater questões pertinentes, bem como realizar modificações no texto antes de que se torne lei.

A ABIAMB já realizou pedido de audiência com o senador, com objetivo de debater pontos ainda pendentes de aperfeiçoamento.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Ministro Kássio Nunes liberou para julgamento uma ação sobre impostos sobre armas importadas. O ministro havia suspenso o processo após pedido de vistas. A ADPF 772 questiona a legalidade de uma resolução do Ministério da Economia que optou por zerar a alíquota para a importação de revólveres e pistolas. Nunes considerou que a norma já havia sido suspensa, o que tornava a ação sem efeito. É improvável que haja continuidade de medidas semelhantes, visto que o atual Governo segue em direção diametralmente oposta da adotada pelo Governo Bolsonaro, e o aumento de alíquotas de impostos também pode ser utilizado como estratégia para desestimular o comércio legal de armas e munições. Tal medida pode afetar a importação no setor.